

Centro de Educação Superior do Norte Goiano
Rua 06 esq. com 01, n.º 21, Setor Leste, 76.550-000, Porangatu-Goiás
Portaria de Autorização nº. 65 de 13 de Janeiro de 2009

**FACULDADE DO NORTE GOIANO
MANTIDA PELO CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO
NORTE GOIANO LTDA (CESNG)**

**PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL
2012-2017**

Porangatu/GO
2012

ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL

Diretor Presidente – **CESNG**
Prof.º Celmar Laurindo de Freitas

Diretora Acadêmica
Prof.ª Ma. Maria Luiza Gomes Vasconcelos

Vice-Diretora Acadêmica
Prof.ª Ma. Celma Laurinda de Freitas Costa

Diretora Administrativa e Financeira e Secretária Geral e Acadêmica
Lais Breitenbach Simão

Coordenador do Curso de Graduação em Administração
Prof.º Esp. Eduardo M. Marques

Coordenador do Curso de Graduação em Enfermagem
Prof.º Esp. Lairton Rodrigues Braz

Coordenadora Geral de Estágio Supervisionado
Prof.ª Esp. Xênia Freire Ferreira

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão
Prof.ª Ma. Junaine Vasques da Silva

Porangatu/GO
2012

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E PEDAGÓGICA	05
1.1 Identificação Institucional	05
1.2 Inserção Regional	07
1.3 Aspectos Históricos de Porangatu	07
1.4 Clima	10
1.5 Densidade Pluviométrica e Topografia	10
1.6 Dados Demográficos	11
1.7 Produto Interno Bruto (PIB)	12
1.8 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	13
1.9 Renda	14
1.10 Aspectos Gerais e Assistenciais da Região Norte	15
1.11 Dados Educacionais	20
1.12 Macrorregião	21
1.13 Faculdade do Norte Goiano	23
1.13.1 Histórico da Faculdade do Norte Goiano	25
2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO	25
2.1 Organização Didático-Pedagógica da Instituição	28
2.1.1 Inovações Consideradas Significativas.....	28
2.1.2 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular	29
2.1.3 Atividades práticas e estágio	30
2.1.3.1 Estágios	30
2.1.3.2 Monitoria	32
2.1.3.3 Atividades Complementares	33
2.1.3.4 Trabalhos de Conclusão de Curso.....	33
2.1.3.5 Iniciação Científica	34
2.1.4 Desenvolvimento de materiais pedagógicos.....	34

2.1.5 Incorporação dos avanços tecnológicos	36
2.2 Políticas de Ensino	37
2.3 Políticas de Pesquisa	41
2.4 Políticas de Extensão	43
2.5 Políticas de Pós-Graduação Lato Sensu	45
2.6 Política de Gestão	46
2.7 Responsabilidade social	47

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E PEDAGÓGICA

A Faculdade do Norte Goiano é uma instituição isolada de ensino superior privado mantida pelo Centro de Educação Superior do Norte Goiano Ltda. (CESNG), que é pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos, instituída sob a forma de sociedade empresarial de prazo indeterminado, de natureza educacional, cultural e social, inscrita no CNPJ sob o n. 07.538.863/0001-66, representada por contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob o nº 52.2.0222019-5 e protocolo nº 05/101750-4, em 10/08/2005, e alterado sob o protocolo n. 07/133571-4, em 08/11/2007, tendo ambas as entidades (CESNG e FNG) sede e foro na cidade de PORANGATU, sendo circunscritas ao município de PORANGATU, estado de Goiás, com endereço na Rua 06, n.º 21, esquina com a Rua 01, Setor Leste, Porangatu-Goiás, CEP 76.550-000, local de sua atuação educacional.

1.1 Dados Institucionais

Mantenedora: **CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DO NORTE GOIANO LTDA - ME**

CNPJ: **07.538.863/0001-66**

Mantida: **FACULDADE DO NORTE GOIANO-FNG**

Endereço: **Rua 06, esquina com Rua 01** Número: **21** Bairro: **Setor Leste**

Município: **Porangatu** UF: **GO** CEP: **76.550-000**

Telefone/Fax: (62) **3367-1090** Home Page: **www.facporangatu.com.br**

e-mail: **fng@facporangatu.com.br**

Código e Descrição da Atividade Econômica Principal: **85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação**

Código e Descrição da Natureza Jurídica: **206-2 – Sociedade Empresaria**

Limitada

Dirigente da Mantenedora: **CELMAR LAURINDO DE FREITAS**

Telefones: **(62) 3246-2181 ou 8414-1028** E-mail: **celmarfreitas@uol.com.br**

Dirigente da IES: **MARIA LUIZA GOMES VASCONCELOS**

Telefone: **(62) 9965-2471 ou 8596-4650** E-mail: **mluizagv@gmail.com**

Endereço: **Rua 02A, Quadra 02, Lote 14, Casa 02** Número: **S/N**

Bairro: **Vila União** Município: **Porangatu** UF: **GO** CEP: **76.550-000**

1.2 Inserção Regional

O município de Porangatu localiza-se no extremo Norte do Estado de Goiás, sendo limítrofe ao Estado do Tocantins. Situa-se na microrregião de Porangatu, cortado pelo paralelo 13 e integra a Bacia Araguaia Tocantins, as margens da rodovia BR-153, distante da Capital do Estado de Goiás, Goiânia, 418 km e 561 da Capital Federal, Brasília. É considerada cidade polo dentro do contexto estadual de Goiás, por possuir uma rede de serviços que atende aos outros treze municípios do norte goiano, e outros nove município do Estado de Tocantins.

1.3 Aspectos Históricos de Porangatu

O povoamento da região originou-se da descoberta de ouro, pelo bandeirante João Leite, no século XVIII, denominando-se "Descoberto" o núcleo urbano primitivo. Segundo a história, já existia na fazenda Pindobeira uma "Colônia de índios", formada pelos Padres da Companhia de Jesus, onde surgiu, posteriormente, a primeira povoação.

Conforme relatos orais o nome de Porangatu é uma derivação da língua

Tupi, e seu significado é definido pela Lenda de Angatu. Sendo que, a verdadeira história de sua origem é controversa, a documentação a respeito é falha, por se tratar de informações lendárias.

Os primeiros habitantes da região foram os silvícolas, destacando-se a tribo dos "Canoeiros", cujos ataques frequentes impediam o desenvolvimento do povoado. Em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 8305, passou a denominar-se "PORANGATU", do tupi: "Poran" = bela; "gatu" = paisagem: paisagem bela.

Depois de longa fase estacionária, o advento da rodovia BR-153, em 1958, trouxe forte impacto de progresso, ao município tornando-o um dos mais fluentes centros urbanos do Médio Norte Goiano, tendo como gentílico porangatuense.

Este município surgiu nos primórdios da mineração do ouro. De acordo com os dados oferecidos pelo IBGE, p. 370, da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, edição de 1958, consta que em "1952, os padres da Companhia de Jesus, construíram na região a Fazenda Pindombeira, que ficou famosa como colônia dos Índios". Esta afirmativa, no entanto, é eivada de incertezas históricas, visto a falta de documentos sobre o período.

Segundo Pesquisas do professor Paulo Bertran Porangatu pertenceu a Amaro Leite (fundados em 1742, dados do IBGE da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros ed. 1958), que por sua vez pertencia à Freguesia de São José do Tocantins (Niquelândia). Consta ainda dos apontamentos de Paulo Bertran que o Padre. Luiz Antonio Silva e Souza relacionava: "Amaro Leite" (Mara Rosa) e na sequência "Descoberto de Amaro Leite", dois lugares diferentes, portanto, o último querendo designar o atual Porangatu, "sobre o qual em 1824, Cunha Matos diz: Arraial do Descoberto da Piedade".

Como ponto turístico, destaca-se a Lagoa Grande de Porangatu, denominada, Alexandrino Cândido Gomes, riqueza natural e local de concentração da juventude. Na pista em volta da Lagoa os moradores costumam fazer caminhada diária, para relaxar e cuidar da saúde.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito com a denominação de Descoberto figura no município de Pilar. Pelo decreto estadual nº 1204, de 04-07-1931, desmembra do município de Pilar os distritos de Santana, Amaro Leite e Descoberto, para formar o novo município de Santana.

Conforme divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito figura no município de Santana. Assim permanecendo no quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943. Pelo decreto-lei estadual nº 8305, de 31-12-1943, o distrito de Descoberto passou a denominar-se Porangatu e o município de Santana a denominar-se Uruaçu.

No quadro anexo para vigorar no período de 1944-1948, o distrito com a denominação de Porangatu figura no município de Uruaçu conhecido por Santana, no referido período. Elevado à categoria de município com a denominação de Porangatu, pela Lei Estadual n.º 122, de 25-08-1948, desmembrado de Uruaçu.

Sede no atual distrito de Porangatu ex-Descoberto. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1954. Pela Lei Municipal n.º 34, de 31-12-1953 é criado o distrito de Mutunópolis antigo povoado e anexado ao município de Porangatu.

Em divisão territorial vigente em 1-VII-1955, o município é constituído de 2 distritos: Porangatu e Mutunópolis. Pela lei municipal n.º 51, de 20-02-1958, é criado o distrito de Estrela do Norte e anexado ao município de Porangatu.

Pela Lei Municipal n.º 52, de 20-02-1958, é criado o distrito de Santa Teresa ex-povoado e anexado ao município de Porangatu.

Pela lei estadual n.º 2127, de 14-11-1958, desmembra do município de Porangatu o distrito de Estrela do Norte. Elevado à categoria de município. Pela lei estadual n.º 2105, de 14-11-1958, desmembra do município de Porangatu o distrito de Mutunópolis. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de dois distritos: Porangatu e Santa Teresa. Pela Lei Estadual n.º 4896, de 13-11-1963, desmembra do município de Porangatu o distrito de Santa Teresa de Goiás. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela Lei Estadual n.º 10430, de 08-01-1988, é criado o distrito de Bonópolis e anexado ao município de Porangatu.

Pela Lei Estadual n.º 10438, de 09-01-1988, é criado o distrito de Cruzeiro do Norte e anexado ao município de Porangatu. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 3 distritos: Porangatu, Bonópolis e Cruzeiro do Norte.

Pela lei estadual n.º 12800, de 27-12-1995, desmembra do município de Porangatu os distritos de Bonópolis e Cruzeiro do Norte, para formar o novo município de Bonópolis.

Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Alteração toponímica distrital. Descoberto para Porangatu alterado, pela lei estadual n.º 8305, de 31-12-1943.

Teve sua emancipação política em 25 de agosto de 1948, pela lei n.º 122, período em que passa a denominar-se Porangatu (Poran = bela, Gatu = paisagem) instalando-se em 1º de janeiro de 1949, sendo elevado a Comarca em 14 de novembro de 1952, pela Lei n.º 704.

1.4 Clima

O clima é quente, tropical úmido, com temperaturas que vão até 40 °C. a média mínima é de 21°C, e média compensada de 30°C. A elevação é de 390 metros a acima do nível do mar.

1.5 Densidade Pluviométrica e Topografia

Devido ao desmatamento, que provocou profundas modificações das paisagens naturais do município, o clima vem sofrendo enormes variações nestes últimos anos, causando uma acentuada perturbação no limite no normal das zonas climáticas com grandes alterações dos coeficientes de variação das precipitações. Observa-se que a distribuição das chuvas acontece com maior intensidade nos meses quentes como: dezembro, janeiro e fevereiro, os menos chuvosos e mais frios são junho, julho e agosto.

O regime pluviométrico é de 1.215,7mm. Os pontos mais elevados existentes no município estão localizados nas Serras da Sabina e dos Picos. O

município de Porangatu apresenta uma área territorial total de 4.820,515 km² com uma topografia dividida em Plana 50%, Ondulada 40% e Montanhosa 10%, com uma densidade demográfica de 8,79 habitantes por km².

Com relação ao relevo, ressaltamos as principais serras existentes, sendo elas: Serra Azul, Serra Verde, Serra do Estrondo, Serra Picos, Serra Santa Tereza, Serra Santa Luzia, e Serra da Sabina. A vegetação predominante é a do cerrado e clima quente, tropical úmido.

O município é banhado por rios, córregos e ribeirões, destacando-se:

- a) Rios: Santa Tereza, Cana Brava, Ouro, Novilho, Morro Alegre, e Pau Seco;
- b) Córregos: Travessia, Açude Grande, Lajeado, Cipó Grande, São Roberto, Parreira, Fundo, Areião e Porcos;
- c) Ribeirões: Funil, Pasto das Éguas, Meio e Amargoso.

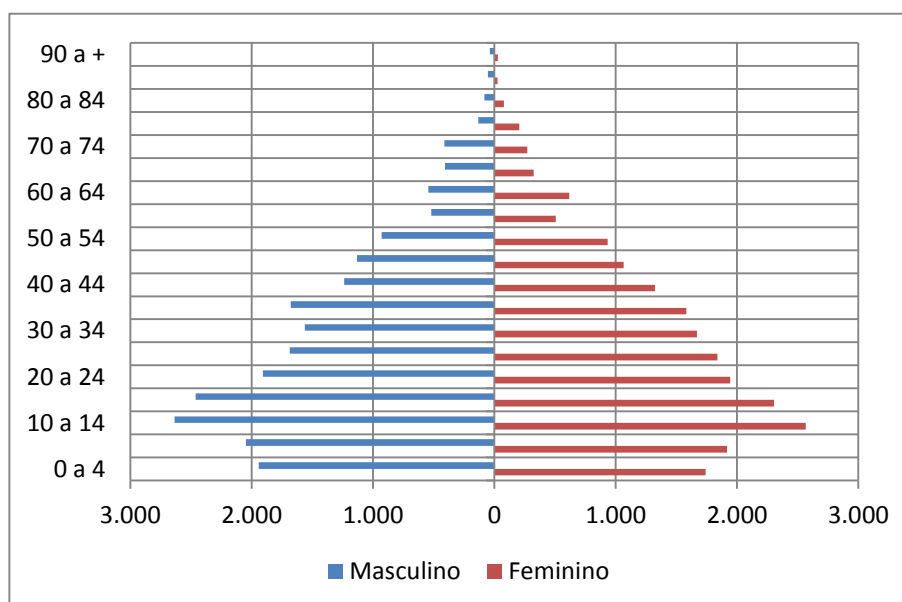
1.6 Dados Demográficos

A população com 42.356 habitantes (IBGE/2010), com uma população estima para 2013 segundo dados do IBGE de aproximados 44.265 habitantes, caracteriza-se pela miscigenação étnica destacando-se o indígena (Grupo Ava Canoeiro), no período colonial de sua origem, o negro do período escravagista e o branco colonizador. Após o advento das políticas de integração nacional e da construção da BR-153, destacam-se o grande número de paulistas, mineiros e gaúchos que deslocaram para a região, contribuindo assim, para compor o quadro étnico de Porangatu.

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4	1.942	1.742	3.684
5 a 9	2.047	1.919	3.966
10 a 14	2.635	2.567	5.202
15 a 19	2.461	2.306	4.767
20 a 24	1.907	1.943	3.850
25 a 29	1.685	1.839	3.524
30 a 34	1.562	1.671	3.233
35 a 39	1.678	1.583	3.261

40 a 44	1.238	1.324	2.562
45 a 49	1.132	1.066	2.198
50 a 54	928	934	1.862
55 a 59	520	507	1.027
60 a 64	544	617	1.161
65 a 69	407	324	731
70 a 74	412	271	683
75 a 79	133	205	338
80 a 84	83	80	163
85 a 89	53	27	80
90 a +	36	28	64
Total	21.403	20.953	42.356

Descrição: Distribuição populacional por faixa etária e sexo



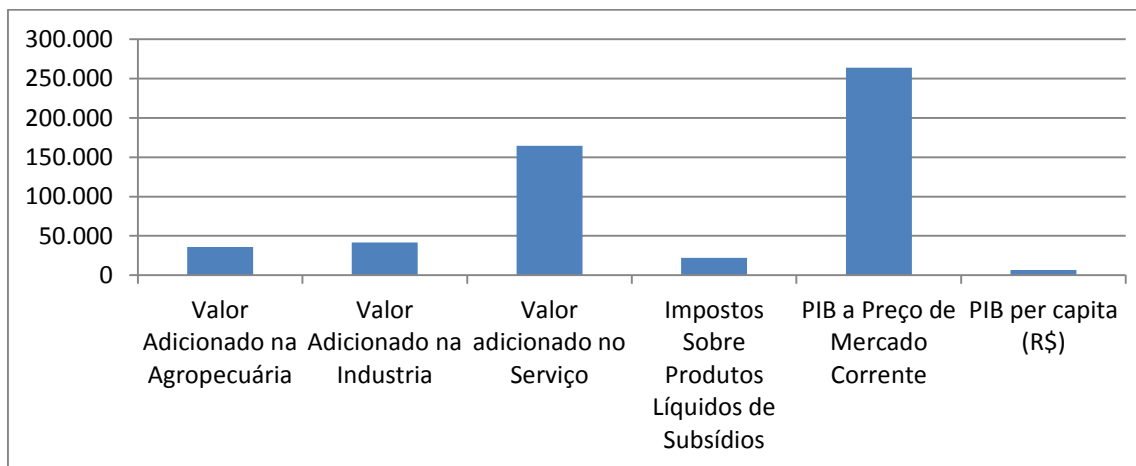
Descrição: Distribuição populacional por faixa etária e sexo
 Fonte: IBGE, 2010.

1.7 Produto Interno Bruto (PIB)

Sua economia sempre foi caracterizada pela agropecuária, com períodos de grande produção agrícola. Com declínio da agricultura a partir da década de 80 em todo país, o município de Porangatu voltou sua economia para a criação extensiva de gado de corte e leiteiro.

Valor Adicionado na Agropecuária	35.739	mil reais
Valor Adicionado na Indústria	41.739	mil reais
Valor adicionado no Serviço	164.462	mil reais
Impostos Sobre Produtos Líquidos de Subsídios	21.910	mil reais
PIB a Preço de Mercado Corrente	263.849	mil reais
PIB per capita (R\$)	6.525	mil reais

Descrição: Dados do produto interno bruto
 Fonte: IBGE, 2012.



O Município de Porangatu/GO é o 28º PIB do estado, que contava com 246 Municípios em 2012 segundo a SEPLAN, e 31º município mais competitivo do estado e 19º em população.

		Balança Comercial (US\$ FOB)							
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Corrente de Comércio	S/F	S/F	814.875	930.205	1.045.535	1.160.865	1.276.195	1.391.525	
Exportação	S/F	S/F	-	-	-	-	-	-	
Importação	S/F	S/F	814.875	930.205	1.045.535	1.160.865	1.276.195	1.391.525	
Saldo	S/F	S/F	-	-	-1.045.535	-1.160.865	-1.276.195	-1.391.525	

Descrição: Balança Comercial
 Fonte: SEPLAN, 2012.

1.8 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) trata-se de um indicador composto por três variáveis; referentes aos aspectos de saúde, educação e

renda das populações. Seu valor varia entre 0 e 1 e valores mais altos indicam melhores condições de vida. O valor do IDH de Porangatu alcançou em 2000 o índice de 0,761 o que a coloca entre os locais de alto desenvolvimento humano.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal		
	1991	2000
IDH-M	0,668	0,761
IDH-M - Renda	0,610	0,723
IDH-M - Educação	0,765	0,878
IDH-M - Longevidade	0,628	0,681

1.9 Renda

O número de empregos (postos de trabalho) corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos, é diferente do número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência. Como vínculo empregatício entende-se a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário pré-estabelecido por este. Esta relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de empregado estatutário.

Adicionalmente a RAIS levanta dados sobre vínculos de trabalhador avulso, trabalhador temporário (Lei nº 6.019, de 03/01/74), menor aprendiz, diretor sem vínculo que tenha optado por recolhimento do FGTS e trabalhador com contrato de trabalho por prazo determinado (Lei nº 9.601, de 21/01/98). É a soma dos subsetores: Indústria de Extração de Minerais; Indústria de Transformação; Serviços Industriais de Utilidade Pública; Construção Civil; Comércio; Serviços; Administração Pública Direta e Indireta; Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca; e Atividade não Especificada ou Classificada.

SALÁRIOS MÍNIMOS	PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE
Sem Rendimentos	12.896
Até 1 salário	8.580

Mais de 1 a 2 salários	5.248
Mais de 2 a 3 salários	1.538
Mais de 3 a 5 salários	1.495
Mais de 5 a 10 salários	1.246
Mais de 10 a 20 salários	656
Mais de 20 salários	283

Descrição: Situação de renda da População de Porangatu
 Fonte: IBGE, 2012

1.10 Aspectos Gerais e Assistenciais da Região Norte

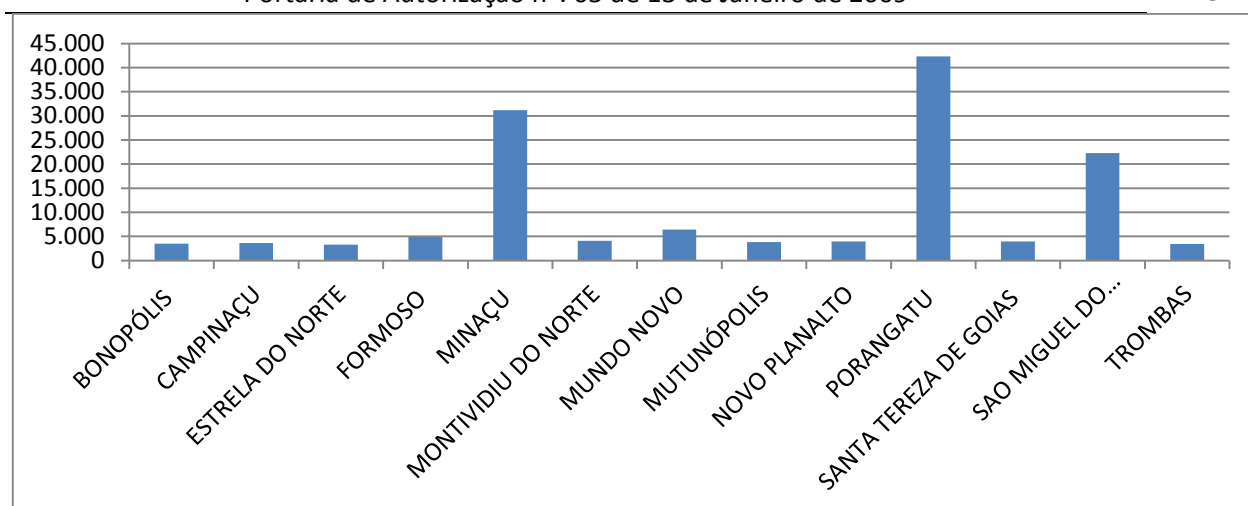
O Polo regional de Porangatu composto de 13 (treze) Municípios, com total de 136.922 habitantes, subdivididos nos seguintes Municípios:

Região	Polo	Microrregião	Módulo Assistencial	Municípios Satélites
Norte	Porangatu	São Miguel do Araguaia	São Miguel do Araguaia	Bonópolis
				Novo Planalto
				Mundo Novo
		Porangatu	Porangatu	Estrela do Norte
				Formoso
				Montividiu do Norte
				Mutunópolis
				Santa Tereza de Goiás
				Trombas
		Minaçu	Campinaçu	

Descrição: Distribuição assistencial dos municípios integrantes da Região Norte
 Fonte: PDR/GO 2012.

Município	Distância do Polo	População
BONOPÓLIS	110 km	3.503
CAMPINAÇU	110 km	3.654
ESTRELA DO NORTE	55 km	3.318
FORMOSO	58 km	4.891
MINAÇU	180 km	31.149
MONTIVIDIU DO NORTE	100 km	4.114
MUNDO NOVO	210 km	6.422
MUTUNÓPOLIS	40 km	3.842
NOVO PLANALTO	50 km	3.953
PORANGATU	-	42.356
SANTA TEREZA DE GOIAS	35 km	3.991
SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	130 km	22.294
TROMBAS	88 km	3.435
TOTAL		136.922

Descrição: População por município de residência
 Fonte: PDR/GO 2012.



Descrição: População por município de residência
Fonte: PDR/GO 2012.

Os serviços de saúde no Estado de Goiás foram, historicamente, distribuídos geograficamente, de forma distorcida. Observa-se grande concentração destes na Capital do Estado, enquanto municípios mais distantes ficam totalmente desassistidos. Esta realidade é fruto de um modelo onde as necessidades efetivas da população não foram levadas em consideração e se instalavam serviços e se credenciavam prestadores de forma bastante aleatória e desvinculada de um planejamento mais global. A consequência é uma inadequada distribuição dos serviços, com dificuldades no seu acesso e impossibilidade de efetivo sistema de referência e contrarreferência, determinando, assim, deslocamentos constantes dos usuários.

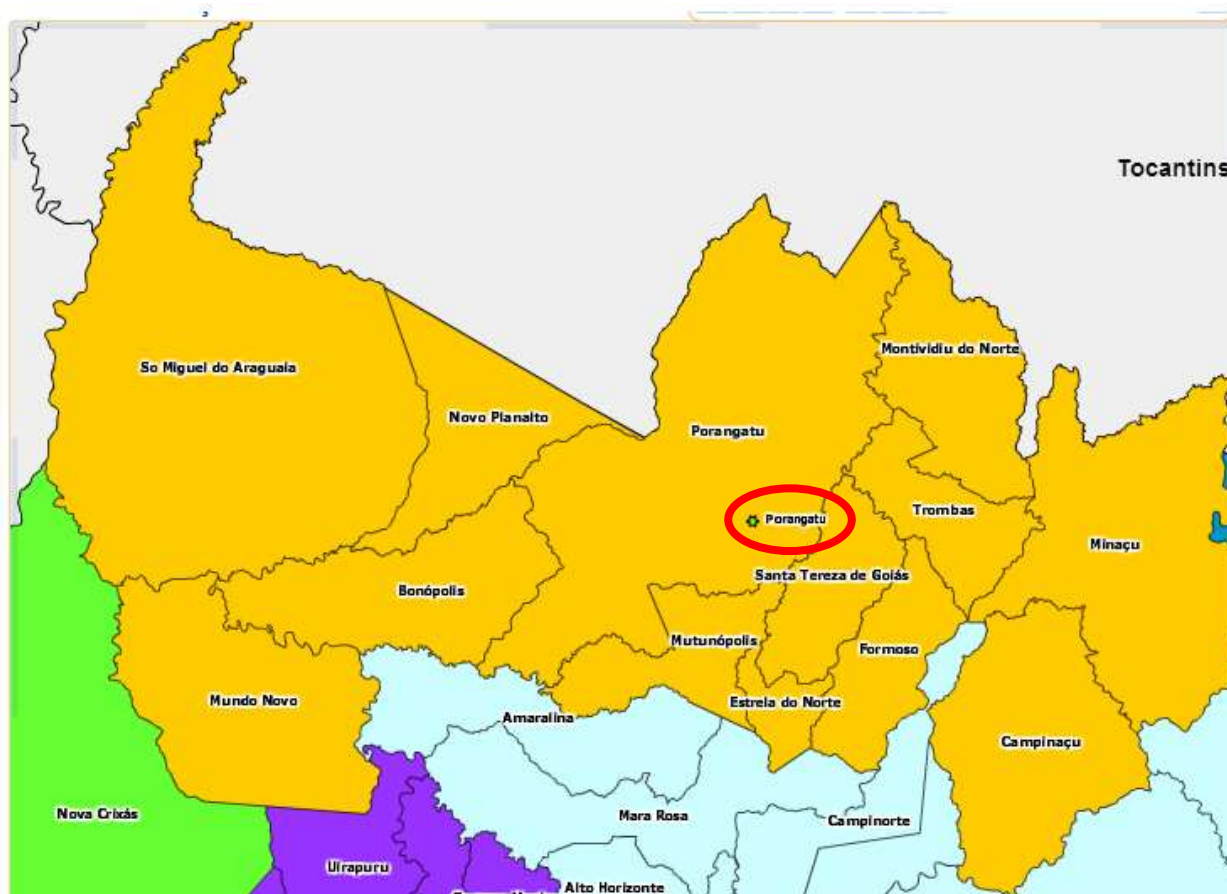
Atualmente a Secretaria Municipal de Saúde exercer a **Gestão Municipal com Adesão ao Pacto de Gestão**, sendo responsável pela ordenação e controle administrativos e financeiros de todos os recursos oriundos da Saúde em âmbito municipal, sendo criado através da Lei Municipal nº 1.354/90, de 18/04/1990.

Em sua abrangência territorial, Porangatu apresenta como municípios limítrofes, Montividiu do Norte, Trombas, Santa Tereza de Goiás, Mutunópolis, Amaralina, Bonópolis e Novo Planalto, no estado de Goiás, e com o estado de Tocantins, faz divisa com os municípios de Araguaçu e Talismã.

O Município de Porangatu conta uma rede atendimento ambulatorial com 16 unidades, sendo 08 na zona urbana e 08 na zona rural, tendo a zona rural atendimento médico, eventualmente. O serviço implantado do Programa

Saúde da Família, consta com 04 unidades, tendo cobertura de 32,42% da população residente e estando estas unidades nas regiões mais carentes da zona urbana.

O Município conta com total de 74 Agentes Comunitários de Saúde, distribuídos nas Estratégias de Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde.



Descrição: Municípios integrantes da Região Norte
Fonte: PDR/GO 2012

Para as áreas descobertas pelas Estratégias de Saúde da Família, tem-se o Programa dos Agentes Comunitários de Saúde para fazer o atendimento básico de orientações.

Nos atendimentos ambulatoriais especializados pelo Sistema Único de Saúde, temos as seguintes especialidades:

- a) Clínica Pediátrica;
- b) Clínica Cirúrgica Geral;
- c) Clínica Ortopédica;

- d) Clínica Ginecológica;
- e) Clínica Obstétrica;
- f) Clínica Cardiológica;
- g) Clínica Dermatológica;
- h) Clínica Médica.

Estas especialidades na sua maioria são atendidas no ambulatório do Hospital Municipal, tendo um número de consultas inferior à demanda, pois atende toda região norte por meio de pactuação entre os Municípios, conseqüentemente, causando longas filas de espera de atendimento.

As especialidades como psiquiatria, neurologia, otorrinolaringologia, nefrologia, geriatria, gastroenterologia, oncologia, cirurgia pediátrica, cirurgia vascular, são encaminhados para o Município de Goiânia, onde se firmou pactuação.

Em 2010, através da Portaria SVS nº 653, de novembro de 2010, foi credenciado a CLINORTE - Clínica de Diálise de Porangatu LTDA/GO, disponibilizando serviços de diálise e hemodiálise a população própria e referenciada da região norte.

No Centro de Saúde Setor Central concentram-se principalmente os atendimentos aos pacientes referendados das Estratégias de Saúde da Família, para tratamento em hanseníase e tuberculose, que necessite de um grau assistencial mais complexo.

A rede assistencial consta com 04 hospitais, sendo o maior e de referência o Hospital Municipal, referência da Região Norte Goiana, que conta com um pronto atendimento de 24 horas, com as seguintes especialidades: clínica médica, clínica cirúrgica, clínica ginecológico-obstétrica, clínica cardiológica, clínica pediátrica e clínica ortopédica, contando ainda com anestesiolegista. O pronto socorro conta um atendimento médio de 9.000 [segundo informações do SIA/SUS, 2012] atendimentos mês, tendo estes um grande quantitativo de pacientes ambulatoriais, que descaracterizam o serviço.

O curso indicado neste plano para funcionamento no quinquênio 2014/2018 estão inseridos dentro de um contexto regional, uma vez que não existe qualquer um deles em funcionamento na cidade, carecendo, portanto, da mão de obra especializada que a Faculdade do Norte Goiano se propõe a

colocar no mercado. Além disto, Porangatu/GO é uma cidade forte comercialmente e industrialmente, pois conta com uma grande estrutura empresarial (pequenas, médias e grandes), com uma agropecuária moderna e um distrito industrial (DIAP) bem desenvolvido, onde se destacam os setores de produção de minerais não metálicos; metalúrgica; madeira; mobiliário; produção farmacêutica e veterinária; vestuário, calçados e artefatos de tecido; produção alimentícia; editorial e gráfica. Assim, justifica-se a implantação dos cursos na área de saúde, pois se tem que Porangatu/GO é um centro importante na área da saúde na região norte do Estado de Goiás, pois conta com seis hospitais, 12 centros de saúde, 6 laboratórios e várias clínicas e demais estabelecimentos de saúde, atendendo em diversas modalidades e conta com poucos profissionais de saúde de nível superior. Em relação aos cursos da área de farmácia, o município possui três indústrias da área farmacêutica e veterinária, dois frigoríficos e duas produtoras de derivados de leite. Além disso, destacam-se também, o rebanho bovino, que ocupa o 9º lugar no estado, com 305.000 bovinos; o rebanho suíno, ocupando o 28º, com 9.400 unidades; as vacas leiteiras, que ocupam o 10º lugar, com 29.500 unidades e a produção de leite, ocupando o 32º lugar no estado, com 20.747 litros de leite. Na produção de grãos o município encontra-se na 117ª posição no ranking do estado, com 7.993 grãos produzidos. Destaca-se também na produção de mandioca, onde ocupa o 3º lugar, com 8.100 toneladas produzidas, conforme dados da Secretaria de Estado de Planejamento em 2012.

Produtos	Produção Agrícola																	
	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Area(ha)	Prod. (t)	Area(ha)	Prod. (t)	Area(ha)	Prod. (t)	Area(ha)	Prod. (t)	Area(ha)	Prod. (t)	Area(ha)	Prod. (t)	Area(ha)	Prod. (t)	Area(ha)	Prod. (t)	Area(ha)	Prod. (t)
Abacaxi (mil frutos)	-	-	10	208	5	125	5	125	5	125	7	175	5	115	5	115	10	200
Arroz - TOTAL (t)	1.300	2.150	1.270	1.560	1.200	1.440	1.200	1.584	1.500	2.475	1.600	2.880	1.500	3.600	1.200	2.520	600	1.800
Arroz (sequeiro) (t)	1.300	2.150	1.270	1.560	1.200	1.440	1.200	1.584	1.500	2.475	1.600	2.880	1.500	3.600	1.200	2.520	600	1.800
Banana (t)	20	20	40	360	20	180	30	270	20	180	30	270	20	180	20	180	30	270
Cana-de-açúcar (t)	55	1.100	80	1.600	20	400	20	400	10	200	20	400	30	900	30	900	50	2.000
Feijão - TOTAL (t)	-	-	-	-	120	144	-	-	-	-	-	-	70	140	70	140	-	-
Feijão 2ª safra (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	140	70	140	-	-
Feijão 3ª safra (t)	-	-	-	-	120	144	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limão (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5
Mandioca (t)	400	7.200	400	7.200	500	9.000	500	9.000	450	8.100	200	3.600	1.000	18.000	1.000	18.000	1.000	16.000
Melancia (t)	4	10	-	-	75	2.100	223	5.575	-	-	150	6.000	200	8.000	200	8.000	100	6.000
Milho - TOTAL (t)	1.500	4.000	1.500	4.000	1.000	2.000	1.000	2.440	1.300	3.250	1.600	6.400	1.400	4.200	1.700	5.100	1.000	3.000
Milho 1ª safra (t)	1.500	4.000	1.500	4.000	1.000	2.000	1.000	2.440	1.300	3.250	1.600	6.400	1.400	4.200	1.700	5.100	1.000	3.000
Soja (t)	120	220	200	377	150	270	360	864	630	1.588	2.265	6.116	2.000	4.800	1.600	4.800	1.700	5.100
Sorgo (t)	-	-	-	-	250	620	250	620	250	620	1.300	2.600	700	1.680	800	1.600	500	1.200

Descrição: Produção Agrícola
 Fonte: SEPLAN, 2012.

1.11 Dados Educacionais

POPULAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO	2008	2009	2010	2011	2012
Escolas em Atividade	50	50	53	55	56
Salas de Aula	325	331	337	343	349
Docentes	654	678	702	726	750
Total de Alunos	12.880	13.983	15.086	16.189	17.292
Alunos da Educação Pré-Escolar	1.149	1.257	1.365	1.443	1.581
Alunos da Classe de Alfabetização	317	349	381	413	445
Alunos do Ensino Fundamental	7.961	8.395	8.829	9.263	9.697

Alunos do Ensino Médio / Normal	2.320	2.422	2.524	2.626	2.728
Alunos do Ensino Especial	107	101	99	104	98
Alunos da Ed. Jovens/Adultos.	1.115	1.024	1.102	1.159	1.223
Alunos do Ensino Profissional (Nível Técnico)	206	220	265	301	352
Alunos da Creche	218	229	301	336	402

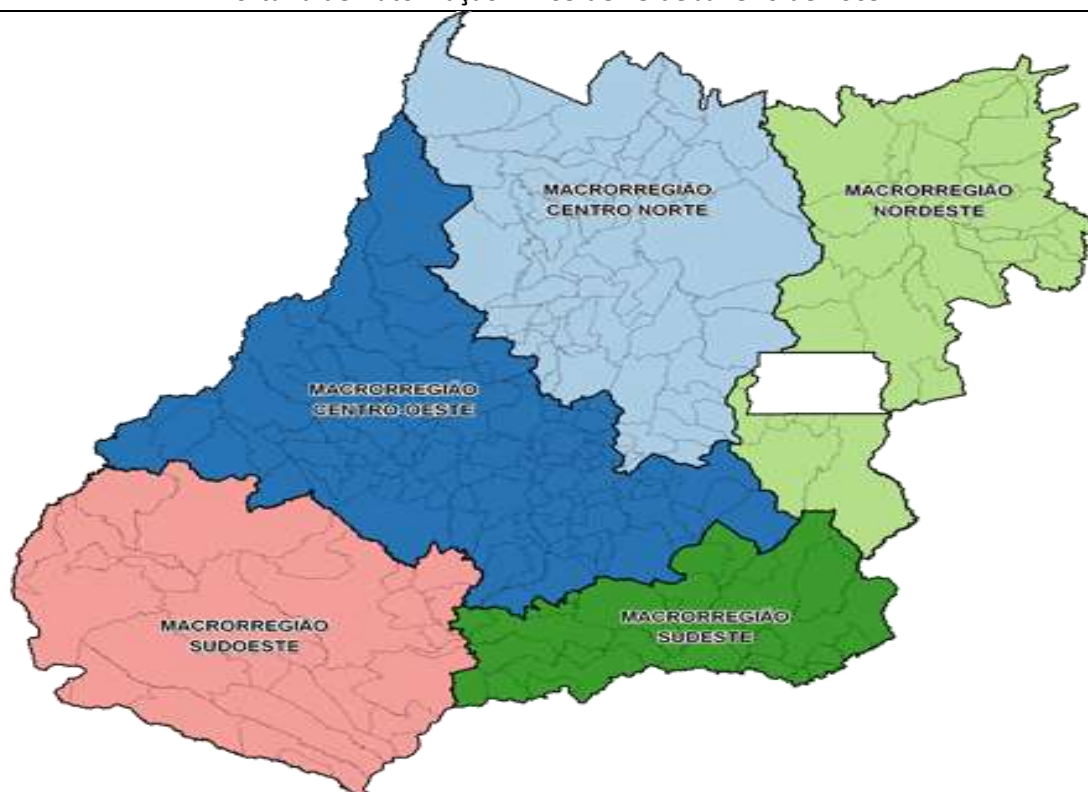
Descrição: População Escolar do Município
Fonte: SEPLAN, 2012.

Estes dados referem-se tão somente ao município de Porangatu/GO, onde será a sede da instituição de ensino. Se incluirmos os dados relativos aos municípios de influência de Porangatu/GO, num raio de 50 km, os mesmos serão ainda mais significativos.

1.12 Macrorregião

O Estado de Goiás com população estimada de 5.926.308 está dividido em cinco macrorregiões: Nordeste, Centro-Oeste, Centro-Norte, Sudeste e Sudoeste. Essas macrorregiões estão subdivididas em 16 microrregiões. Cada uma delas possui um município sede de Administração Regional de Saúde, representando a Secretaria da Saúde do Estado, ou seja, é uma forma dos municípios terem mais próximo de si o governo estadual na área da Saúde.

Conforme o Plano Diretor do Estado de Goiás, o município de Porangatu está inserido na macrorregião Centro-Norte, sendo o referido município conforme já descrito anteriormente sede da Administração Regional de Saúde Norte, que apresenta 13 municípios sobre sua jurisdição.

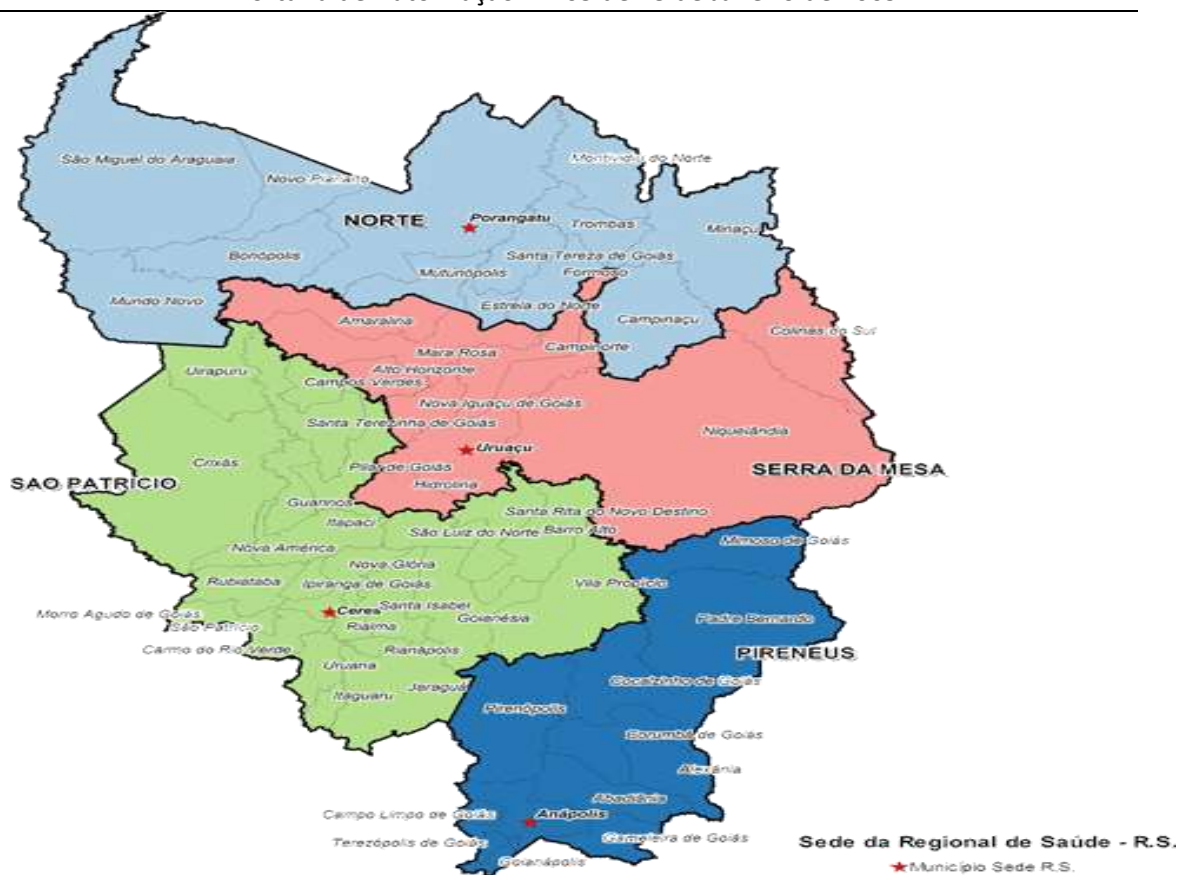


Descrição: Macrorregiões de Saúde
Fonte: SEPLAN, 2013.

A região Centro Norte tem população estimada de 1.006.107 pessoas, sendo há referida macrorregião subdividida em quatro microrregiões, sendo elas:

- a) **Administração Regional de Saúde Norte** – 13 municípios, com sede em Porangatu;
- b) **Administração Regional de Saúde Serra da Mesa** – 9 municípios, com sede em Uruaçu;
- c) **Administração Regional de Saúde Pireneus** – 12 municípios, com sede em Anápolis;
- d) **Administração Regional de Saúde São Patrício** – 24 municípios, com sede em Ceres .

Os municípios dessa macrorregião têm a sua disposição 3.452 leitos e destes 2.701 são do SUS; e 69 leitos de UTI/SUS. Possui ainda: cinco tomógrafos, três aparelhos de ressonância magnética, 14 mamógrafos, 140 raio X e 72 aparelhos de ultrassom.



Descrição: Macrorregião Centro-Norte
Fonte: SEPLAN, 2013.

Conforme pode ser constatado no atual corpo discente da Faculdade do Norte Goiano, vários acadêmicos são oriundos de outros municípios fora da área de abrangência da Região Norte, tais como Amaralina, Mara Rosa, Campinorte, Uruaçu, Santa Terezinha de Goiás, Nova Iguaçu, Alto Horizonte, Campos Verdes, Pilar de Goiás, bem como Talismã e Araguaçu no Estado do Tocantins, demonstrando desta forma a importância Institucional da Faculdade do Norte Goiano no contexto socioeconômico da macrorregião Centro-Norte.

1.13 Faculdade do Norte Goiano

A contribuição efetiva que o Centro de Educação Superior do Norte Goiano Ltda. dará ao desenvolvimento da região norte do estado de Goiás,

antecipa como a Faculdade deve ser aparelhada para cumprir com eficiência essa missão e ficar à altura de absorver a expansão prevista para o período e antever as medidas necessárias ao processo de solidificação da instituição. Conforme documentos da Secretaria Estadual de Planejamento - SEPLAN - a cidade de Porangatu/GO é a mais desenvolvida e industrializada desta região do Estado, conhecida também pelo seu rico folclore e artesanato.

A proposta da criação de uma Faculdade no Município de Porangatu/GO surgiu de ideias de experientes profissionais goianos na área de criação e constituição de curso de educação em ensino superior no Estado de Goiás, ao vislumbrar o contingente populacional deste Município e a sua capacidade de desenvolvimento por meio da educação, instrumento este indissociável do progresso do Estado.

Os profissionais atuantes nos mais diversos ramos da sociedade juntamente com a Prefeitura Municipal enxergaram na Cidade de Porangatu/GO, a necessidade de se ter uma instituição de ensino superior com sede no próprio Município, ante a observância do grande desenvolvimento ocorrido, por meio da educação de nível superior, em outros Municípios até mesmos menores que o de Porangatu/GO.

Em pesquisa perpetrada junto à Secretaria de Educação de Porangatu/GO, constatou-se que o Município desloca diariamente uma grande quantidade de alunos para terem aula em cursos superiores em outros Municípios, inclusive na Capital do Estado de Goiás. Situação que onera os cofres públicos municipais com o custo operacional de fornecimento e manutenção de uma frota de ônibus e da segurança no transporte desses alunos. Além do desgaste mental e físico dos alunos, em razão da adversidade, do cansaço e do risco envolvidos no trajeto de ida à sua IES e volta às suas residências no mesmo dia ou noite.

Em síntese, com este planejamento, procuramos dotar a Faculdade do Norte Goiano de um plano estratégico capaz de orientar e integrar a ação de toda a instituição no esforço de atingir sua missão, seus objetivos, suas finalidades e suas metas estratégicas.

1.13.1 Histórico da Faculdade do Norte Goiano

A Faculdade do Norte Goiano (FNG), credenciada pela Portaria MEC n.º 65, de 13/01/2009, é mantida pelo Centro de Educação Superior do Norte Goiano Ltda. (CESNG), pessoa jurídica de direito privado, com finalidade lucrativa, constituída sob a forma de sociedade empresária de caráter educacional, na modalidade de cotas de responsabilidade limitada, com sede própria no município de Porangatu, Goiás – local onde atua na atividade educacional –, com endereço na Rua 06, nº 21, esquina com a Rua 01, Setor Leste, Porangatu, estado de Goiás, CEP 76550-000, telefone/fax: (62) 3367-1090.

A Faculdade do Norte Goiano (FNG) iniciou suas atividades educacionais no primeiro semestre de 2009 com os Cursos de Administração e Enfermagem (Portaria MEC n. 65, de 13/01/2009), tendo sido também planejados ainda os Cursos de Direito, Fisioterapia, Farmácia, Agronomia e Zootecnia para implementação futura.

Os cursos indicados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foram idealizados em razão do contexto regional, uma vez que não existe nenhum deles em funcionamento na cidade, a qual carece, portanto, de profissionais especializados que a FNG se propõe a colocar no mercado. Além disso, Porangatu é uma cidade com a Pecuária e o comércio fortes, possui muitas empresas (pequenas, médias e grandes) e tem uma pecuária moderna voltada para o mercado e o agronegócio.

Portanto, em razão do perfil socioeconômico da cidade e região, bem como da ausência de outras Instituições de Ensino Superior (IES) que ofereçam qualificação profissional nesses ramos de conhecimento, justifica-se a implantação dos cursos na área das ciências sociais aplicadas e das ciências agrárias. Quanto aos cursos no campo da saúde (Enfermagem e Farmácia), tem-se que Porangatu (e região) também é um centro importante na área da saúde, possuindo vários hospitais e clínicas médicas, atendendo em diversas modalidades, mas conta com pouquíssimos profissionais graduados em farmácia, inclusive para atendimento à saúde pública.

Relativamente ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de

2012/2016, a FNG continua planejando e viabilizando a implementação dos Cursos de Direito, Farmácia, Engenharia da Produção, bem como alguns Cursos de Tecnologia, tendo em vista a carência de profissionais com ensino superior no município de Porangatu e região.

2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

Os ambientes produtivos e o mundo do trabalho vêm passando por densas transformações paradigmáticas, o que tem tornado o processo de trabalho mais intelectualizado, complexo, autônomo e coletivo. A dinâmica do mercado de trabalho colocada pelas mudanças nos processos produtivos (flexibilização produtiva, novas formas de organização do trabalho, acirramento da competição, revolução tecnológica) exigem um novo sujeito do conhecimento, mais autônomo e crítico.

Deste modo, a educação superior no Brasil necessita se adequar a essas novas demandas do mercado de trabalho que confere uma formação que vá além do conhecimento técnico-científico, preparando esse profissional com a capacidade de atender as incertezas e as transformações frequentes do mundo atual.

Nos cursos universitários existia uma sequência de matérias e conteúdos estabelecidos, definidos nacionalmente, que todas as unidades de ensino tinham que apresentar em suas estruturas curriculares. Havia um tempo determinado, de início e fim, com estágios, práticas, amparadas pelas teorias. Hoje, a formação não tem o sentido de algo estável, tem que ser múltipla, complexa e rápida, supervalorizando a prática, o cotidiano e o conhecimento. Saindo de um processo pedagógico mais estável, previsível, com enfoque disciplinar, a formação profissional passa para processos educativos

problematizadores e significativos que propendem tanto o saber quanto o fazer e que atuem em reflexão constante das práticas.

A discussão curricular atual passa a ter como menção o desenvolvimento de competências que apresenta uma visão crítica à compartimentação disciplinar do conhecimento e defende a constituição de um currículo que enfatize a experiência concreta dos sujeitos como situações significativas de aprendizagem.

A noção de competência exige implicações subjetivas do trabalhador com seu trabalho, valoriza a ação e a experiência, arregimentando em situações reais recursos cognitivos, afetivos, sociais e conhecimentos específicos. Estas exigências conduzem à reformulação dos códigos profissionais, e com isso à reestruturação do processo de formação dos trabalhadores.

Segundo Dubar (1998), o modelo de competência envolve qualidades pessoais e experiências variadas que são percebidas como capacidades profissionais, assim como também saberes, aptidões e conhecimento empírico e operatório requeridos pelas situações profissionais, muitas destas imprevistas. São saberes que se manifestam em ato, em situações, portanto, incorporadas às pessoas.

Compreendida como um atributo subjetivo, as competências exigiriam o deslocamento do foco dos processos educativos dos conteúdos disciplinares para o sujeito que aprende, gerando a possibilidade de efetiva e contínua transferência das aquisições cognitivas (RAMOS, 2001, p.5).

As competências devem ser continuamente atualizadas através de uma educação profissional ininterrupta e também através de diferentes experiências profissionais, as quais contribuirão para o desenvolvimento de habilidades e capacidades que facilitem sua adaptação à instabilidade do mercado de trabalho e da vida.

A preocupação é com o caminho que o ensino superior vem tomando, com o crescente direcionamento de atividades para o mercado de trabalho, levando a uma comercialização do ensino e do conhecimento. A inquietação que se apresenta é que esse processo comercial da educação pode conduzir a uma conceitual baixa da qualidade da educação que passa a ser vista apenas como

mercadoria. Formam-se indivíduos para o mercado, para o servilismo, sem compreensão da subordinação que existe da educação e do trabalho à dinâmica do capital; estão se formando pessoas que apenas acumulam conhecimento e depois o reproduzem.

[...] num futuro próximo completaremos o processo de embrutecimento do ato de pensar autonomamente das próximas gerações, que dificilmente conseguirão encontrar saídas originais para suplantar as nossas profundas desigualdades sociais, que dia a dia se agigantam (NEVES, 2002, p. 220).

Precisamente por esses motivos que conhecimento, ciência e educação não podem ser reduzidas a uma mera mercadoria. A formação deve ser um processo social pleno e dinâmico, construindo e promovendo a autonomia pessoal, a conscientização política, a emancipação e a solidariedade social. Não se formam sujeitos críticos, se estes não tiverem a compreensão do contexto social da educação, do trabalho e do mundo em que vivem. Contribuir para uma formação integral, hoje, só pode ter o significado de formar indivíduos comprometidos – teórica e praticamente – com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Sendo assim, é preciso pensar em uma educação mais solidária que possibilite a criatividade, a autonomia e a reflexão crítica. A atividade educativa deve se preocupar com a difusão e construção do saber e do conhecimento, mas também com a formação de concepções de mundo, de atitudes, de valores etc.

A atividade educativa deve ter como desígnio a emancipação humana e, nesse processo, a cidadania deve aparecer como uma forma de mediação para o objetivo principal. Educar, deste modo, deve ter como propósito formar sujeitos que tenham consciência de seus direitos e deveres pertencentes a uma sociedade democrática, que sejam críticos, que pensem na realização não apenas pessoal, mas como um processo de outras pessoas também, empenhando-se na superação das desigualdades sociais, através de uma participação ativa, como sujeitos da história, que busquem uma educação que afirme a emancipação humana.

2.1 Organização Didático-Pedagógica da Instituição

2.1.1 Inovações consideradas significativas

Os currículos são definidos como um conjunto de atividades acadêmicas previstas para a integralização dos cursos e representa a composição dos conhecimentos e valores que caracterizam um processo sociocultural. São consideradas premissas fundamentais para a sua estruturação:

- a) Funcionamento como um fluxo articulado de aquisição de saber, tendo como base o dinamismo, a diversidade e a interdisciplinaridade;
- b) Oferta de alternativas de trajetórias, de forma a pluralizar as possibilidades de formação;
- c) Orientação ao aluno para que esse possa definir o seu percurso;
- d) Condições de acesso simultâneo a conhecimentos, habilidades específicas e competências na área profissional;
- e) Possibilidade de aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização curricular;
- f) Implementação de programas/projetos para a formulação e implementação de Metodologias Inovadoras visando à melhora do processo ensino-aprendizagem.

Os projetos propõem atividades acadêmicas, algumas das quais podem ser de natureza tanto obrigatória quanto optativa: atividades de iniciação à docência, à pesquisa ou à extensão; atividades à distância; disciplinas; discussões temáticas; elaboração de trabalho de conclusão de curso; estágio curricular; participação em eventos; vivência profissional complementar.

2.1.2 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

A composição dos currículos na FNG se caracteriza tanto pela verticalidade quanto pela horizontalidade. A primeira forma prevê a possibilidade da organização do saber ao longo dos semestres e anos e, a segunda, possibilita ao aluno o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização curricular.

Para caminhar em direção a uma dinâmica curricular integradora que possibilite o estímulo e desenvolvimento de competências, a FNG valoriza a flexibilidade da estrutura curricular e o princípio da interdisciplinaridade.

A flexibilização admite uma maior e melhor movimentação interna do acadêmico por meio da organização e ampliação de atividades, a partir das seguintes ações:

- a) disciplinas optativas: as estruturas curriculares possuem disciplinas que são de livre escolha pelo aluno e definidas pelos Projetos Pedagógicos de Curso;
- b) atividades complementares: atividades diversas de caráter técnico, científico-culturais, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, que visam complementar a formação do estudante;
- c) modernização da oferta dos cursos de graduação com a utilização das mais variadas formas de tecnologias e metodologias. (20% ensino a distância, interdisciplinaridade, mobilidade);
- d) implementação de disciplinas de graduação na modalidade à distância, repetindo a Legislação que possibilita a oferta nos cursos 20% de sua carga didática na modalidade a distância, conforme prevê a PORTARIA Nº 4.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2004 (DOU de 13/12/2004), possibilitando, deste modo, que as atuais e novas tecnologias de informação e de comunicação possam produzir melhorias significativas no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem;
- e) minimização dos pré-requisitos: os currículos são orientados para uma maior fluidez e dinamização no percurso acadêmico;
- f) atividades de intercâmbio e mobilidade acadêmica: permite ao acadêmico cursar disciplinas em outros cursos;

- g) aproveitamento de conhecimento: certificação para o aluno de comprovada experiência ou conhecimento no conteúdo programático em determinada disciplina ou disciplinas;
- h) diversidade de práticas acadêmicas: estágio, monitoria, iniciação científica e extensão, formalizadas de modo que integrem plenamente ao processo formativo.

Deste modo, a flexibilidade curricular é essencial para possibilitar processos de transformação da educação, evitando currículos rígidos e herméticos e dotando-os de dinamismo e abertura às mudanças que possibilitem ao aluno imprimir ritmo e direção ao seu curso.

2.1.3 Atividades práticas e estágio

Nos cursos de graduação, de acordo com as Diretrizes Curriculares de cada curso, são desenvolvidos os estágios supervisionados, monitoria, atividades complementares, trabalhos de conclusão de curso e Iniciação Científica, respeitando-se a regulamentação da FNG e da legislação federal.

2.1.3.1 Estágios

Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da FNG, obrigatórios em todos os perfis do curso e asseguram a consolidação e articulação das competências estabelecidas.

Os estágios se caracterizam como períodos de exercício pré-profissional, em que o estudante de graduação desenvolve atividades fundamentais, profissionalizantes, programadas e projetadas, avaliáveis em

horas-aula e notas, com duração e supervisão conforme normas da IES e a Lei de Estágios.

A realização de estágio supervisionado constitui parte obrigatória para a formação do profissional nos cursos da FNG. As atividades de estágios são diversificadas de acordo com as modalidades do curso, previstas no currículo pleno e de acordo com o Capítulo III do Regimento Interno e Regulamento de Estágio.

Os estágios apresentam os seguintes objetivos:

- a) Estimular e favorecer o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais, qualificando o futuro profissional para o mercado de trabalho;
- b) Oportunizar a integração de conteúdos e experiências de diferentes etapas do Curso;
- c) Instrumentalizar o futuro profissional para a inserção no mercado de trabalho, interpretar informações e na compreensão crítica da realidade, complementando, desse modo, a dimensão prática e o caráter educacional do estágio;
- d) Introduzir o aluno nas práticas supervisionadas com o objetivo de possibilitar sua apreensão da dialética teoria e prática;
- e) Favorecer o aprendizado sobre a postura ética e profissional;
- f) Incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a área de formação profissional;
- g) Propiciar condições de vivenciar a passagem do papel de estudante para o de profissional;
- h) Promover uma reflexão crítica sobre sua área de formação nos diferentes aspectos da prática profissional;
- i) Contribuir para o processo de construção do conhecimento e para o desenvolvimento da capacidade de sistematizar as vivências a partir da problematização da realidade e da realização de estudos e pesquisas;
- j) Favorecer a compreensão sobre as diferentes áreas de atuação do profissional e possibilitar a integração com o mercado de trabalho.

Além dos Estágios Curriculares obrigatórios, o aluno poderá realizar estágios não obrigatórios que complementem a sua formação acadêmica.

Dependendo das preferências pessoais de cada acadêmico, estes estágios poderão ser realizados na FNG, ou em instituições e empresas conveniadas que ofereçam a oportunidade para o estudante de tomar contato com atividades diretamente relacionadas às diversas áreas afetas ao futuro profissional.

A FNG dispõe de uma Coordenação de Estágios, responsável pela documentação, acompanhamento e registro dos estagiários e instituições conveniadas.

2.1.3.2 Monitoria

A monitoria é uma atividade extracurricular e não remunerada, destinada a alunos regularmente matriculados em seu curso de graduação com o objetivo de estimular atividades disciplinares de auxílio à docência, pesquisa e extensão, proporcionando desta forma, uma melhoria na qualidade de ensino e aprendizagem.

Na FNG, a solidificação das atividades de monitoria faz parte de um projeto maior, cujo intuito é viabilizar um espaço de produção acadêmica e de conhecimento da cultura universitária.

O exercício da monitoria fortalece, ainda mais, o vínculo do aluno com o conteúdo programático da disciplina e do curso como um todo, fato que contribui, de maneira significativa, para o aprimoramento de sua formação acadêmica.

As normas para a monitoria são estabelecidas pela Direção Acadêmica das FNG. As coordenações de curso publicam semestralmente o Edital com as exigências para que o aluno esteja apto a candidatar-se e ser selecionado. Ao final do período letivo, o discente receberá um certificado de participação no Programa de Monitoria.

2.1.3.3 Atividades Complementares

As Atividades Complementares são um conjunto de atividades exercidas fora da sala de aula, proporcionando o desenvolvimento de habilidades e competências através da busca por parte do aluno de conhecimento adicional, de forma a considerá-lo coautor do processo ensino aprendizagem, portanto, elemento proativo de seu desenvolvimento profissional. Esse é um perfil desejado do egresso, reconhecendo que os Cursos não garantem a terminalidade, exigindo dos acadêmico-profissionais a capacidade de aprender continuamente, tanto no período de sua formação, quanto no exercício profissional.

As atividades complementares são incrementadas durante todo o Curso de Graduação através do aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, no decurso de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, conforme estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A regulamentação das atividades complementares são normatizadas pela Direção Acadêmica. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos definem os tipos de atividades e a carga horária correspondente.

Os coordenadores de cursos fazem a avaliação das atividades desenvolvidas para conceder a carga horária ao aluno.

2.1.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso

A organização e elaboração de um trabalho de conclusão de curso (TCC) são atividades que permitem ao aluno vivenciar a prática de produção de um texto de cunho científico, utilizando-se das diferentes modalidades de pesquisa. Com isso, espera-se do discente um domínio da área temática em que está trabalhando, bem como a possibilidade de interlocução com outros pesquisadores.

O TCC é componente curricular obrigatório em todos os cursos de graduação da FNG. É esperado que a inserção do aluno em disciplinas teóricas e práticas se constituam em subsídios para a elaboração do trabalho.

O estudante desenvolverá pesquisa sobre um tema de sua escolha, com o acompanhamento de um professor orientador da FNG.

As regras e orientações para o desenvolvimento do TCC são regulamentadas pela IES e explicitadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

2.1.3.5 Iniciação Científica

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, instituído no ano de 2012, é centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento.

É administrado diretamente pela instituição e voltado para o aluno de graduação, tendo como objetivo incentivar a formação de novos pesquisadores. Esse incentivo acontece por meio da participação ativa dos estudantes, em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada, individual e continuada. Os projetos culminam com um trabalho final avaliado e valorizado, fornecendo retorno imediato, com vistas à continuidade da formação acadêmica, de modo particular, na pós-graduação.

Esse Programa é validado, coordenado e supervisionado pelo NUPE e Comitê de Apoio à Iniciação Científica, dirigido pela Direção Acadêmica e composto por um docente de cada curso da IES.

2.1.4 Desenvolvimento de materiais pedagógicos

A nova forma de organização do trabalho presente principalmente a partir da década de 90 traz mudanças no contexto educacional, pois essa nova estrutura requer um perfil de trabalhador que possa viabilizar operações inovadoras de produtividade. Intensifica-se, assim, o modelo de competência que visa à formação de um profissional com capacidade de adaptação, que possa compreender as novas tecnologias, saiba se comunicar, seja polivalente,

flexível, saiba solucionar problemas através de diagnósticos rápidos e de tomadas de decisões eficazes.

Nessa expectativa, os Cursos das FNG vêm se organizando a respeito de um conjunto de competências e habilidades sobre a identidade profissional. Busca-se uma educação superior centrada tanto na função produtiva e nas capacidades laborais quanto em uma postura ética e no exercício da cidadania. A noção de competência estabelece implicações subjetivas do profissional com seu trabalho, valoriza a ação e a experiência, arregimentando em situações reais recursos cognitivos, afetivos, sociais e conhecimentos específicos. Estas exigências conduzem à reformulação dos códigos profissionais, e com isso à reestruturação do processo de formação. É a partir desses princípios que se pensa os materiais pedagógicos que contribuem com a formação dos nossos alunos.

A partir destes materiais, busca-se que as competências sejam ininterruptamente contemporâneas por meio de uma educação profissional continuada e de diferentes experiências profissionais, as quais contribuirão para o desenvolvimento de habilidades e capacidades que facilitem sua adaptação ao mercado de trabalho e a própria vida.

Deste modo, os Projetos Pedagógicos dos Cursos das FNG seguem as requisições das Diretrizes Curriculares nas quais a formação profissional migra de processo pedagógico mais estável, previsível, voltado para as qualificações profissionais, para um processo dinâmico, que demanda flexibilidade e autonomia. As experiências do trabalho passam a ser o ponto de partida para a análise crítica e à tomada de decisões.

Essas demandas contribuem para uma aproximação da prática com a construção de conhecimento, reforçando o principal papel do ensino superior: o de uma formação acadêmica tendo como principais referências os fins sociais. Educa-se, a partir destes princípios, para a cidadania, para a participação política, para a vida em geral.

2.1.5 Incorporação dos avanços tecnológicos

As alterações no conteúdo dos cursos no ambiente de ensino-aprendizagem são fundamentais e urgentes para as instituições que almejam dar um salto de qualidade nestes novos tempos. Investir na atualização tecnológica e na inserção de novas práticas e processos, demandados em razão da constante transformação dos paradigmas tecnológicos, pode contribuir efetivamente na formação e preparação dos profissionais para que atuem nas diferentes áreas de conhecimento.

À luz deste entendimento, a FNG sempre apoiou o desenvolvimento de novas experiências de aprendizagem capazes de conectar a instituição com a nova realidade local, regional e nacional. Neste contexto, de mudanças de difícil dimensionamento, os avanços tecnológicos considerados pela IES são: a criação e adequação dos espaços pedagógicos informatizados; a implementação de projetos concernentes ao desenvolvimento de ações inovadoras de ensino-aprendizado e a realização de eventos relacionados à Inovação Tecnológica.

O crescimento do uso da educação à distância é uma tendência atual. A globalização e a rapidez das inovações tecnológicas estão exigindo cada vez maior esforço em formação, treinamento e reciclagem profissional. Concorre para esse interesse se o apoio governamental declarado nas diretrizes educacionais determinando que "o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada." (Art. 80 da LDB). A educação a distância é, então, uma opção que contempla as necessidades de expansão das instituições de ensino, além de permitir a diversificação e ampliação das ofertas de estudos e cursos regulares ou não.

A FNG considera, também, que os avanços tecnológicos contribuem essencialmente para aprimorar as políticas e diretrizes pedagógicas e corroboram para fortalecer e incentivar o ensino, a pesquisa e extensão. Nesse sentido, destaca-se proposta de adoção da educação à distância nos cursos de pós-graduação, no primeiro momento, com a previsão de extensão para os cursos de graduação. Essa proposta está alinhada com os objetivos de atualizar tecnicamente as metodologias de ensino-aprendizagem utilizadas na FNG e incluir digitalmente a comunidade interna e externa, proporcionando ao corpo

discente oportunidades de atualização profissional com recursos tecnológicos avançados e novas relações espaços-temporais, proporcionando uma capacidade de expansão institucional.

2.2 Políticas de Ensino

A sociedade da informação traz para a educação desafios não só metodológicos, mas de revisão até mesmo da linguagem e posturas de docentes e discentes. São novas linguagens, novos interesses, novas fontes de informação que transformaram as funções desses agentes. O professor passa a ser um guia para a construção do conhecimento de seus estudantes e não mais a fonte da informação ou da revelação ou da verdade desconhecida até então. Seus alunos – com acesso as mesmas informações – não mais estão restritos a conhecer o que é contado ou que está no livro indicado. Agora, a tecnologia proporciona o acesso às mesmas informações disponíveis para seus mestres e ao tempo que melhor lhes atender. São protagonistas do seu próprio aprendizado.

Além disso, essas mudanças de paradigmas referentes às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento reforçam a necessidade de manter elos fortes na ligação interdependente de ensino, pesquisa e extensão, incentivando o processo de formação integral e profissional, articulado com a pesquisa e estimulando o estudo e intervenção nas questões regionais. Essa sociedade contemporânea exige cidadãos comprometidos com as questões sociais e políticas, detentores de valores éticos que os interessem por uma sociedade mais solidária; são valorizados atributos como autonomia intelectual, capacidade decisória e de trabalho em equipe e capacidade de adaptação às mudanças.

No contexto dessa nova e chocante realidade, ainda não bem compreendida, há três características que influenciam diretamente as nossas escolhas educacionais:

1. a evolução acelerada dos processos que envolvem qualquer atividade dos setores de atuação profissional;

- a) A percepção cada vez mais acentuada dos direitos do cidadão à qualidade dos serviços que lhes são prestados, tanto públicos quanto privados;
- b) O clamor da sociedade por profissionais com maior consciência ética da repercussão das suas ações no meio em que vão agir.

Duas consequências advêm dessa constatação: a FNG opera nesse ambiente; portanto, a manutenção da competitividade do seu negócio – a prestação de serviços educacionais – está sujeita às restrições impostas por essas características; o egresso dos cursos da FNG exerce a sua profissão em um mercado no qual serão normais a mudança e a inovação e no qual será exigida uma postura profissional guiada pela ética e responsabilidade social; portanto, a sua formação exigirá a adoção de projetos pedagógicos que deem espaço para a discussão e metodologias que facilitem as redefinições frequentes de conceitos e linhas de ação e criação de novas práticas pedagógicas.

Nesse retrato do ambiente de operação, o compromisso com o ensino de qualidade se traduz, prioritariamente, na consolidação dos cursos de graduação já existentes, para que possam – com as restrições descritas - atingir a qualidade e excelência na formação dos acadêmicos. O desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão deve refletir a busca da atualização permanente dos projetos pedagógicos dos cursos, adaptando-os às mudanças pedagógicas, tecnológicas, socioculturais e econômicas e atualizando continuamente suas matrizes curriculares em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, que se referem aos parâmetros que orientam a realização das atividades acadêmicas e a formação profissional.

Novos modelos educacionais devem ser criados ou incorporados, a partir do uso das tecnologias de informação e de comunicações, visando não apenas realizar pesquisas na aplicação de novas tecnologias no ensino, mas favorecer a geração e socialização de novos conhecimentos. Devem-se desenvolver, também, programas interativos presenciais e a distância na graduação, pós-graduação e extensão, bem como projetos e programas que envolvam a utilização de ambientes virtuais que facilitem o processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo as ações educativas da FNG.

Sendo assim, como políticas de ensino de graduação da FNG, destacam-se a busca da excelência acadêmica e expansão da oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação presencial e a distância, ao maior número de cidadãos, tendo por base a análise de demandas e de tendências da sociedade, assim como a modernização da oferta dos cursos de graduação com a utilização das mais variadas formas de tecnologias e metodologias (20% ensino a distância, interdisciplinaridade, mobilidade). Nesse sentido, as políticas de ensino, em sintonia com as políticas de pesquisa e extensão institucionais, atuam permanentemente em prol da expansão de vagas (modalidades presenciais e a distância), da oferta de novos cursos (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos) e da proficiente utilização da infraestrutura (oferta de cursos em turnos diversos, aprimoramento do sistema de ingresso e controle acadêmico).

A Educação à Distância (EAD) deverá ser compreendida como uma estratégia do processo educativo a ser oferecido, através da qual se converte o saber-fazer e a experiência educacional da Instituição, em conteúdos disponibilizáveis por meios eletrônicos e interativos para o ensino presencial. O desenvolvimento progressivo desta estratégia poderá permitir ações de ensino no campo semipresencial e à distância. As diretrizes político-pedagógicas que a orientam são as mesmas que direcionam todo o processo educativo na FNG.

A FNG é desafiada, portanto, a formar um profissional com identidade própria e autonomia, capaz de operar com desenvoltura e segurança a linguagem e os códigos da informação moderna, com domínio dos conhecimentos básicos da linguagem científica, e aberto a novos conceitos e técnicas decorrentes do avanço do conhecimento. Sendo assim, visa a contribuir para a formação continuada dos egressos dos cursos de graduação, possibilitando-lhes a complementação das competências e habilidades exigidas pela sociedade e pelo mundo do trabalho, além da possibilidade de desenvolverem pesquisas pertinentes à construção do conhecimento científico, colaborando, para o progresso regional e nacional, assim como para o desenvolvimento de uma consciência crítica que permita alterações nos valores, nas aspirações e nos comportamentos das pessoas, para o enfrentamento dos desafios atuais e vindouros, atuando, assim, como agentes transformadores.

O ponto convergente da discussão curricular toma o desenvolvimento de competências como referência à superação da abordagem fragmentada do conhecimento e a defesa de um currículo que ressalte a experiência concreta dos sujeitos como situações significativas de aprendizagem.

Visa a superação das dicotomias teoria-prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, com o propósito de converter o currículo em um ensino integral, mesclando-se nos problemas os conhecimentos gerais, os conhecimentos profissionais, as experiências de vida e trabalho.

Diante das demandas e complexidade da contemporaneidade, essa política de ensino destaca: a importância de se trabalhar em todo o desenvolvimento dos cursos de forma multidisciplinar; e as competências e habilidades necessárias a formação dos egressos. As competências e habilidades, segundo o parecer CNE/CEB Nº 16/99 são “a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho. O conhecimento é entendido como o que muitos denominam simplesmente saber. A habilidade refere-se ao saber fazer relacionado com a praticado trabalho, transcendendo a mera ação motora. O valor se expressa no saber ser, na atitude relacionada com o julgamento da pertinência da ação, com a qualidade do trabalho, a ética do comportamento, a convivência participativa e solidária e outros atributos humanos, tais como a iniciativa e a criatividade”.

O Projeto Pedagógico Institucional da FNG fundamenta-se, portanto, nos princípios de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão; incentivo à pesquisa como princípio educativo auxiliar na construção da autonomia intelectual e profissional do estudante e como princípio científico por meio do incentivo à realização de pesquisa no programa institucional; amparo das decisões institucionais nos indicadores levantados na Avaliação Institucional, nas avaliações externas, nos interesses da mantenedora e do corpo social participante e nas metas e objetivos contidos no PDI.

2.3 Políticas de Iniciação Científica

Em sentido geral, a iniciação científica é um ato de investigação. Portanto, qualquer abordagem que tenhamos da realidade, no sentido de construção de novos conhecimentos, pode ser visto como iniciação científica. O ser humano é racional, tem questionamentos sobre a realidade e busca respostas ou soluções para essas questões. A pesquisa pressupõe o questionamento sobre um assunto e a tentativa de buscar soluções para o mesmo.

A iniciação científica tem peculiaridades e pode ser definida como um conjunto de atividades realizadas de forma racional e sistemática, que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são postos pelo questionamento da realidade, dos fatos, das teorias e das crenças.

Nesse sentido, a pesquisa é atividade chave para a construção do conhecimento científico e permeia o universo acadêmico de forma decisiva. Daí a importância da pesquisa no ensino superior, pois por meio dela temos o contato sistemático, organizado e ativo com os resultados julgados mais interessantes para determinados fins e perspectivas de conhecimento.

A política para a iniciação científica na FNG objetiva estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. De acordo com a definição de Demo (2006), são desenvolvidos dois eixos de incentivo ao trabalho de investigação científica na IES: a construção do conhecimento, como ação sine qua non do ensino superior, a partir do entendimento da pesquisa como princípio educativo; e o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e da cultura, a partir da compreensão da pesquisa como princípio científico.

O eixo de desenvolvimento da iniciação científica como princípio educativo está relacionado com o desenvolvimento de uma cultura de pesquisa que reflete a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É por meio da relação pesquisa/extensão/ensino que é possível realizar uma transformação substantiva no processo pedagógico, pois alunos e professores constituem-se como sujeitos ativos no ato de aprender, levando à democratização e à

socialização do saber produzido e estabelecendo uma dinâmica de intercâmbio e participação das comunidades interna e externa na vida acadêmica e na própria comunidade, o que possibilita que o conhecimento produzido possa ser capaz de contribuir para a transformação da sociedade.

Neste sentido, a iniciação científica é entendida como emancipadora da educação e exerce papel imprescindível para a formação do espírito crítico, tendo função fundamental na formação do profissional. O processo de iniciação científica questiona o saber vigente e abre a possibilidade da criação de novos conhecimentos. Dessa forma, novas apropriações e leituras da realidade são feitas e redefinem o objeto de estudo. A partir do seu dinamismo crítico e criativo, é possível articular teorias e práticas para compreender e/ou explicar um dado científico e o exercício profissional nas diversas áreas de conhecimento.

Assim, a prática da iniciação científica deve perpassar a estrutura curricular dos cursos, de modo a contribuir para o desenvolvimento de formas de pensamento que assegurem o poder crítico, construtivo e independente. Ela deve levar o aluno não só a observar a realidade, mas também a dialogar com ela e a agir sobre ela, através de ações que evidenciam o trabalho científico. De modo articulado, as estruturas curriculares devem potencializar o espírito criativo e investigativo dos alunos na busca de soluções para problemas sociais correlacionados a sua área de formação.

No eixo da iniciação científica como princípio científico, a institucionalização de uma política de iniciação científica na FNG é formalmente desenvolvida por meio de projetos de pesquisa, viabilizada por professores qualificados e linhas de pesquisa dos cursos articuladas às linhas curriculares institucionais.

O estabelecimento de linhas institucionais de pesquisa estimula o desenvolvimento de uma cultura institucional voltada para a investigação científica nas perspectivas adotadas pela Instituição: Educação, Meio Ambiente e Saúde e Tecnologias Inovadoras. A IES valoriza e investe em pesquisas relacionadas a essas linhas de forma criativa e humanizante, voltadas para o desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente sustentável e economicamente viável.

2.4 Políticas de Extensão

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora com a sociedade. A extensão tem o sentido da inserção das instituições de ensino superior na comunidade e na permanente atenção ao contexto na qual estão inseridas. Busca a reflexão crítica e teórico/prática e tenta dar maior amplitude de visão apropriada às situações vividas pela comunidade.

A extensão vem atender ao Artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, que define as finalidades do Ensino Superior. Deste, destacamos a seguir os incisos VI e VII.

O compromisso social da FNG é com a construção de uma sociedade mais justa, estabelecendo relações mais humanas. Desta forma, a extensão é entendida como base fundamental do ensino superior e tem como objetivo central contribuir para a mudança da sociedade, por meio da produção e socialização do conhecimento, assim como de ações coletivas que visam a integração Faculdades-comunidade.

A política de extensão da FNG tem por base os seguintes pressupostos:

- 1 - A extensão deve ser embasada nas áreas de concentração de seus programas com a clara identificação das necessidades e anseios da sociedade de Porangatu e adjacências, de forma que as ações e transformações geradas visem ao pleno desenvolvimento da Região;
- 2 - A integração da extensão com o ensino e a pesquisa deve permitir que as ações geradas fluam dessa relação e integrem, em plenitude, as ações da FNG;
- 3 - As atividades de extensão, diversificadas em modalidades e meios, devem confluir para que, laboratórios, serviços e projetos dos cursos de graduação sejam catalisadores, favorecendo o aprendizado prático dos estudantes e envolvendo-os em projetos específicos;
- 4 - As atividades de extensão, especialmente as de natureza desportiva, artística e cultural, devem visar à valorização e à estimulação da criação e difusão da arte e da cultura e devem ser particularmente patrocinadas pela comunidade externa.

Devem também refletir o enraizamento da FNG no contexto social, sendo base para o desenvolvimento de programas de ensino e para a produção do saber, recolhendo insumos para a contínua revisão do fazer acadêmico;

5 - A extensão deve propiciar a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, possibilitando trocas entre áreas distintas do conhecimento, interação de conceitos e modelos complementares, além de integração e convergência de instrumentos e técnicas para uma consistência teórica e operacional que estrutura o trabalho coletivo e contribui para uma nova forma de fazer ciência, revertendo à histórica tendência de compartilhar o conhecimento.

Para que a FNG e a sociedade se articulem em busca do desenvolvimento regional é fundamental que as atividades de extensão sejam divulgadas, inclusive sob a forma de cronograma de ações e que delas a comunidade interna e externa possam participar.

Os procedimentos relacionados à Extensão Universitária da FNG são percebidos, também, como compromisso de responsabilidade social. Isso porque, a extensão universitária é uma forma de interação que deve existir entre as FNG e a comunidade na qual está inserida. É uma espécie de ponte entre a IES e os diversos setores da sociedade.

Por meio da extensão, as FNG têm a oportunidade de levar, até diferentes setores da sociedade, os conhecimentos de que é detentora. Essa é uma forma dessa Instituição de Ensino Superior socializar e democratizar o conhecimento, levando-o àqueles outros agentes multiplicadores do saber científico. Essas atividades de extensão visam, então, o aprimoramento de processos ensino-aprendizagem e a formação de cidadãos capazes de pensar criticamente frente às exigências coletivas, são prioritariamente exercidas pelo corpo discente, sob a orientação dos docentes e coordenações de cursos. Ao mesmo tempo em que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, por meio dela, esse saber retorna à Instituição, testado e reelaborado. A extensão, como via de interação entre a FNG e a sociedade, constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática.

2.5 Políticas de Pós-Graduação Lato Sensu

A Faculdade do Norte Goiano entende que necessitam abrir-se à comunidade e às exigências do mercado sob a forma de cursos e serviços, bem como oxigenar suas tarefas e ampliar suas fontes de recursos; neste sentido, tornando-a uma instituição que possa se transformar em base de uma nova sociedade.

As atividades de Pós-Graduação significam uma troca sistemática de saberes, estas devem proporcionar o desenvolvimento científico, cultural, político e econômico, bem como a valorização da investigação científica.

Os cursos de pós-graduação Lato Sensu oferecidos pela FNG sob a responsabilidade da coordenação de Pós-Graduação e Extensão destacam-se por ofertar, aos egressos e demais profissionais da comunidade, oportunidade de aprimoramento e melhoria da condição intelectual e profissional.

2.6 Política de Gestão

A gestão é um dos núcleos mais importantes da IES e se defronta com a necessidade de um efetivo e eficiente sistema, capaz de contribuir para o atendimento das necessidades e demandas internas e externas. A política de gestão é decisiva para a captação e emprego de recursos financeiros, o investimento em infraestrutura e os recursos materiais e humanos. A gestão acadêmica, em consequência, deve se organizar, estabelecer objetivos e metas e procedimentos de acompanhamento que garantam que esses compromissos sustentem a educação construída na FNG.

Diante de demandas crescentes de sua comunidade e da sociedade em geral, a FNG realizam investimentos para a expansão qualitativa e quantitativa da Instituição, com vistas a manter e a ampliar suas atividades. Para conseguir sustentar e aperfeiçoar sua qualidade acadêmica e administrativa vem

investindo nas estruturas físicas e instalação, assim como na estrutura de serviços de apoio, logística e formação de pessoal.

Entende, também, que trabalho responsável e sustentável não ocorrerá se não forem praticados os pressupostos da “gestão participativa” (gestão democrática). Este processo é sustentado pelo diálogo, no qual o conjunto de ações propostas para o desenvolvimento da IES é sempre resultado de um trabalho de discussão, avaliação e planejamento. Este caminho político leva em conta a alteridade, responsabilidade, e competência dos sujeitos envolvidos. Tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para a tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da instituição.

Para atender aos objetivos e metas da Instituição, a FNG adota os seguintes fundamentos gerenciais:

- a. Gestão participativa;
- b. Pensamento sistêmico;
- c. Gestão transparente em todas as instâncias;
- d. Cumprimento da Missão da instituição obedecendo aos elementos norteadores descritos no PPI;
- e. Programa de formação permanente que possibilite a consolidação das diretrizes da instituição;
- f. Recursos e infraestrutura para implementação das atividades institucionais viabilizando a consecução dos objetivos;
- g. Mecanismos claros de monitoramento, utilizando como elemento principal a avaliação institucional e ouvidoria;
- h. Primar pela qualidade dos processos educativos e administrativos;
- i. Liderança e constância de propósitos;
- j. Visão de futuro;
- k. Comprometimento e capacitação de recursos humanos;
- l. Responsabilidade social;
- m. Desenvolvimento de parcerias;
- n. Viabilização de recursos.

Dessa forma, é possível alcançar os objetivos e metas definidos como perspectiva da FNG.

2.7 Responsabilidade social

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES, considera responsabilidade social da instituição, especialmente o que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, itens que são amplamente contemplados nas políticas institucionais.

Assim, sua responsabilidade social manifesta-se na oferta de um ambiente propício à formação integral do ser humano, de uma educação comprometida com a ética, a cidadania, o conhecimento e o atendimento às necessidades contemporâneas, por meio de uma estrutura educacional inovadora e diferenciada, contribuindo para uma melhor qualidade de vida do indivíduo e da sociedade.

A política de responsabilidade social tem como meta buscar maior diversidade das atividades de interação com a comunidade e com ações que visem construir uma sociedade mais solidária e comprometida com o contexto sociocultural regional e local. Esta participação ocorrerá através:

- a. de mecanismos de acesso, permanência e aproveitamento dos estudantes;
- b. pelo acompanhamento dos egressos;
- c. da sensibilização da instituição e da comunidade quanto às questões de inclusão;
- d. da defesa do meio ambiente, por meio do desenvolvimento de pesquisa voltada à sustentabilidade;
- e. do impacto das atividades da instituição no desenvolvimento ambiental, econômico e social;
- f. de ações relacionadas à formação consciente do cidadão;

- g. do relacionamento o mercado de trabalho, instituições sociais, culturais e educativas;
- h. de política de bolsa aos estudantes;
- i. de ressignificação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos objetivando inclusão de pessoas com deficiência;
- j. de ações de socialização do conhecimento com formação continuada, com ações como cursos de aperfeiçoamento, seminários, semanas acadêmicas;
- k. de parcerias e convênios com órgãos públicos e privados;
- l. da disseminação dos conhecimentos técnico-científicos;
- m. da participação da comunidade interna da instituição em atividades artísticas, tais como música, dança, teatro, cinema.

Para desenvolver um projeto de responsabilidade social na Instituição é necessário sensibilizar e envolver toda a comunidade acadêmica, num processo de conscientização de cooperação e corresponsabilidade.

A Responsabilidade Social da Faculdade do Norte Goiano, prevista na RESOLUÇÃO/CONSEPE/FNG Nº 01/2012, com os setores da sociedade resultam em diretrizes institucionais adequadamente implantadas e acompanhadas: concessão de bolsas de estudo para funcionários e seus familiares; bolsa trabalho; Pro Uni; Bolsas da IES; oferta de cursos de extensão. Estão previstas também parcerias resultantes de convênios com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, que promovem concessão de bolsas de estudos.

A Educação Superior contemporânea defronta-se com imensas possibilidades de inserção. Na realidade brasileira, o ensino superior é vislumbrado essencialmente na inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão. A responsabilidade social do ensino superior em um país marcado pelas desigualdades e pela necessidade de formação e desenvolvimento deve ser vista como uma questão primordial.